



PM-ES
Oficial Combatente (QOC)

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão, interpretação e inferências de textos	1
Tipologia e Gêneros textuais	7
Variação Linguística	18
O processo de comunicação e as funções da linguagem	19
Relações semântico lexicais, como metáfora, metonímia, antonímia, sinonímia, hipernímia, hiponímia, reiteração, comparação, redundância e outras	23
Norma ortográfica	29
Morfossintaxe das classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, pronome, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, numeral e os seus respectivos empregos. Verbo	31
Concordância verbal e nominal	42
Regência nominal e verbal	44
Coesão e Coerência textuais	47
Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)	49
Pontuação	54
Funções do “que” e do “se”	58
Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos ...	61
Formação de palavras	63
Uso da crase	66
Questões	67
Gabarito	79

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Raciocínio Lógico: Proposições Lógicas, Compreensão de proposições simples e compostas, identificação de conectivos lógicos (e, ou, não), e análise de sua veracidade. Tabelas Verdade: Construção de tabelas verdade para determinar a veracidade de proposições compostas, utilizando os diferentes conectivos lógicos	1
Argumentação Lógica: Identificação de argumentos válidos e inválidos, e reconhecimento de falácias lógicas em raciocínios. Raciocínio Dedutivo e Indutivo: Prática na resolução de problemas baseados em raciocínio dedutivo (partindo de uma regra geral para uma conclusão específica) e raciocínio indutivo (generalizando a partir de casos específicos)	7

SUMÁRIO



Sequências Lógicas: Resolução de problemas envolvendo padrões numéricos, alfabéticos ou de figuras, identificando a lógica subjacente	13
Diagramas Lógicos: Utilização de diagramas de Venn para representar relações entre conjuntos e resolver problemas de inclusão e exclusão	15
Matemática: Aritmética: Operações básicas (adição, subtração, multiplicação, divisão), propriedades dos números, frações, decimais, razões e proporções	18
Álgebra: Resolução de equações e inequações, simplificação de expressões algébricas, fatoração, identidades algébricas, sistemas de equações lineares	39
Geometria: Conceitos geométricos básicos (pontos, retas, planos), medidas de ângulos, perímetros e áreas de figuras planas, volumes de sólidos geométricos	56
Trigonometria: Aplicações de seno, cosseno e tangente, identidades trigonométricas, resolução de triângulos e problemas envolvendo medidas de ângulos	70
Probabilidade e Estatística: Conceitos de probabilidade, eventos, cálculo de médias, medianas, moda, desvio padrão, interpretação de gráficos e tabelas	74
Matemática Financeira: porcentagens, Cálculos de juros simples e compostos, descontos, taxas de porcentagem, amortizações, séries uniformes e planos de financiamento	88
Raciocínio Matemático: Resolução de problemas que requerem análise lógica, interpretação de enunciados e aplicação de conceitos matemáticos para encontrar soluções ...	101
Questões	104
Gabarito	116

GEOGRAFIA GERAL, BRASIL E DO ESPÍRITO SANTO

Geral: A relação entre movimentos da Terra e a organização do espaço geográfico	1
As paisagens mundiais	2
A dinâmica da Litosfera	3
Continentes e oceanos	4
Relevo terrestre	7
Minerais e rochas	7
Solos: práticas de manejo e conservação	8
Brasil: Regiões brasileiras, marcas do Brasil em todos os cantos	10
Divisão Político-Administrativa do Brasil	32
Clima e Biomas Brasileiros	33
Relevo Brasileiro	34
Hidrografia do Brasil	36
Aspectos Econômicos e Sociais	36
Problemas Ambientais e Conservação	37
Questões Atuais e Geopolítica	38
Espírito Santo: Localização e Divisão Territorial: Estudo da localização do Espírito Santo no contexto do Brasil e sua divisão em regiões, municípios e microrregiões	40

SUMÁRIO



Relevo e Geomorfologia: Compreensão das características do relevo capixaba, incluindo as serras, planaltos, planícies costeiras e sua influência na ocupação humana e na economia do estado.....	41
Clima e Vegetação: Análise do clima e dos tipos de vegetação presentes no Espírito Santo, como a Mata Atlântica, os manguezais e as restingas, destacando suas características e importância ambiental.....	42
Recursos Hídricos: Estudo dos principais rios, bacias hidrográficas, lagoas e represas do Espírito Santo, bem como questões relacionadas à gestão dos recursos hídricos e à preservação dos mananciais.....	43
Aspectos Econômicos e Sociais: Conhecimento sobre a economia capixaba, incluindo setores como agricultura, pecuária, indústria, comércio e serviços, bem como indicadores sociais, como população, educação, saúde e distribuição de renda.....	44
Infraestrutura e Transportes: Estudo da infraestrutura de transporte do Espírito Santo, incluindo portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, e sua importância para o desenvolvimento econômico e a integração regional.....	46
Turismo e Patrimônio Cultural: Compreensão do potencial turístico do Espírito Santo, incluindo suas praias, patrimônio histórico, cultural e natural, bem como iniciativas de preservação e promoção do turismo sustentável.....	47
Questões Ambientais e Sustentabilidade: Análise dos principais problemas ambientais enfrentados pelo Espírito Santo, como desmatamento, poluição hídrica e do ar, erosão costeira, e políticas de conservação e desenvolvimento sustentável.....	48
Questões.....	50
Gabarito.....	53

HISTÓRIA DO BRASIL E DO ESPÍRITO SANTO

Brasil: História do Brasil Colonial: Conhecimento sobre o período colonial brasileiro, desde a chegada dos portugueses em 1500 até a independência do Brasil em 1822, abordando questões como colonização, exploração econômica, sociedade colonial e resistências indígenas e escravas.....	1
História do Brasil Império: Estudo do período imperial brasileiro, abrangendo o Primeiro Reinado, o Período Regencial e o Segundo Reinado, incluindo questões políticas, econômicas, sociais e culturais.....	9
História do Brasil República: Análise dos principais momentos da história republicana brasileira, incluindo República Velha, Era Vargas, Ditadura Militar, redemocratização e os governos contemporâneos.....	21
História das Relações Internacionais: Compreensão dos principais eventos e processos das relações internacionais, como guerras, alianças, tratados e organizações internacionais ao longo da história.....	40
Movimentos Sociais e Culturais: Estudo dos movimentos sociais e culturais que marcaram a história mundial e brasileira, como movimentos operários, feministas, negros, indígenas, ambientalistas e culturais.....	42
História Econômica e Social: Conhecimento sobre a história econômica e social, incluindo processos de industrialização, urbanização, migrações, classes sociais, desigualdades, movimentos sociais e políticas públicas.....	44

SUMÁRIO



Espírito Santo: Colonização e Povoamento: Estudo sobre os primeiros habitantes do território capixaba, incluindo os povos indígenas que habitavam a região antes da chegada dos colonizadores europeus.....	46
Abordagem sobre o processo de colonização portuguesa, as capitanias hereditárias e a fundação das primeiras vilas e cidades no Espírito Santo	47
Ciclo do Ouro e Ciclo do Café: Análise dos períodos de exploração do ouro e da produção de café no Espírito Santo, destacando os principais eventos, personagens e impactos econômicos, sociais e culturais desses ciclos na história do estado.....	48
Período Imperial e República Velha: Estudo sobre a participação do Espírito Santo nos movimentos políticos e sociais do período imperial e da República Velha, incluindo a abolição da escravidão, a proclamação da República, a política cafeicultora e os conflitos políticos regionais.....	49
Era Vargas e Ditadura Militar: Compreensão dos principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais durante os períodos do governo de Getúlio Vargas e da Ditadura Militar no Brasil, e como esses eventos afetaram o Espírito Santo	50
Desenvolvimento Econômico e Social: Estudo dos processos de industrialização, urbanização e modernização econômica do Espírito Santo ao longo do século XX, incluindo a diversificação da economia, a implantação de infraestrutura e a expansão do mercado consumidor	51
Movimentos Sociais e Culturais: Análise dos movimentos sociais e culturais que marcaram a história do Espírito Santo, como movimentos sociais de trabalhadores, movimentos ambientalistas, movimentos culturais e manifestações artísticas locais	52
Movimentos Sociais e Culturais: Análise dos movimentos sociais e culturais que marcaram a história do Espírito Santo, como movimentos sociais de trabalhadores, movimentos ambientalistas, movimentos culturais e manifestações artísticas locais	52
Política e Governança: Conhecimento sobre a organização política e administrativa do Espírito Santo, incluindo a estrutura do governo estadual, as instituições políticas e as principais lideranças políticas do estado ao longo da história	53
Memória e Patrimônio: Estudo da preservação da memória histórica e do patrimônio cultural do Espírito Santo, incluindo o papel de museus, arquivos, monumentos e outras instituições na preservação e divulgação da história local.....	54

INFORMÁTICA

Conceito de internet e intranet; Conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à internet/intranet	1
Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca, de pesquisa e de redes sociais	3
Noções de sistema operacional (ambiente Linux e Windows).....	19
Acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo e multimídia.....	28
Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office e LibreOffice ..	29
Redes de computadores: locais, metropolitanas e de longa distância. Terminologia e aplicações, topologias, modelos de arquitetura (OSI/ISO e TCP/IP) e protocolos. Interconexão de redes, nível de transporte	53
Conceitos de proteção e segurança.....	64
Noções de vírus, worms e pragas virtuais.....	73
Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware etc.).....	76

SUMÁRIO

Computação na nuvem (cloud computing).....	77
Fundamentos da Teoria Geral de Sistemas	80
Sistemas de informação	82
Fases e etapas de sistema de informação.....	83
Teoria da informação ; Conceitos de informação, dados, representação de dados, de conhecimentos, segurança e inteligência.....	85
Banco de dados.....	87
Base de dados, documentação e prototipação	88
Modelagem conceitual: abstração, modelo entidade-relacionamento, análise funcional e administração de dados	89
Dados estruturados e não estruturados	93
Banco de dados relacionais: conceitos básicos e características.....	95
Chaves e relacionamentos	98
Noções de mineração de dados: conceituação e características	100
Noções de aprendizado de máquina.....	103
Noções de big data: conceito, premissas e aplicação.....	104
Redes de comunicação. Introdução a redes(computação/telecomunicações). Camada física, de enlace de dados e subcamada de acesso ao meio. Noções básicas de transmissão de dados: tipos de enlace, códigos, modos e meios de transmissão	105
Noções de programação Python e R	106
API (application programming interface)	108
Metadados de arquivos	109
Questões	109
Gabarito.....	114

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Estado, governo e administração pública: Conceitos, Elementos	1
Direito administrativo: Conceito, Objeto, Fontes	6
Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação; Decadência administrativa	11
Poderes da administração pública: Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia; Uso e abuso do poder	29
Regime jurídico administrativo: Conceito; Princípios expressos e implícitos da administração pública	40
Responsabilidade civil do Estado: Evolução histórica; Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro: Responsabilidade por ato comissivo do Estado; Responsabilidade por omissão do Estado; Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; Reparação do dano; Direito de regresso	56
Serviços públicos: Conceito; Elementos constitutivos; Formas de prestação e meios de execução; Delegação: concessão, permissão e autorização; Classificação; Princípios ..	63



Organização administrativa: Centralização, descentralização, concentração e desconcentração; Administração direta e indireta; Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista	81
Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público	88
Controle da administração pública; Controle exercido pela administração pública; Controle judicial; Controle legislativo	94
Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992	103
Licitações e contratos administrativos: Legislação pertinente Lei nº 14.133/2021 e demais disposições normativas.....	130
Intervenção do Estado na Propriedade e Atuação no Domínio Econômico: Desapropriação, Requisição, Servidão administrativa, Ocupação temporária e Tombamento	208
Responsabilidade Civil da Administração Pública: Conceito de responsabilidade civil; Teoria do risco administrativo; Dano: conceito e tipos; Exclusão da responsabilidade; Reparação do dano: Ação regressiva	213
Questões	217
Gabarito	222

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Princípios fundamentais	1
Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente.....	2
Aplicabilidade das normas constitucionais	3
Normas de eficácia plena, contida e limitada; Normas programáticas.....	6
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos	7
Direitos sociais	12
Direitos de nacionalidade	15
Direitos políticos; partidos políticos	17
Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios	22
Administração pública: Disposições gerais, servidores públicos	34
Poder executivo: Atribuições e responsabilidades do presidente da República	43
Poder legislativo: Estrutura; Funcionamento e atribuições; Processo legislativo; Fiscalização contábil, financeira e orçamentária; Comissões parlamentares de inquérito	46
Poder judiciário: Disposições gerais; Órgãos do poder judiciário; Organização e competências, Conselho Nacional de Justiça.....	62
Remédios Constitucionais; Ações constitucionais: Habeas Corpus; Habeas Data; Mandado de Segurança; Mandado de Injunção; Ação Popular	81
Ação Civil Pública; Composição e competências.....	82
Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública; Defensoria Pública.....	85
Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas.....	90
Questões	94
Gabarito.....	99

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



PROPOSIÇÃO

Conjunto de palavras ou símbolos que expressam um pensamento ou uma ideia de sentido completo. Elas transmitem pensamentos, isto é, afirmam fatos ou exprimem juízos que formamos a respeito de determinados conceitos ou entes.

Valores lógicos

São os valores atribuídos as proposições, podendo ser uma **verdade**, se a proposição é verdadeira (V), e uma **falsidade**, se a proposição é falsa (F). Designamos as letras V e F para abreviarmos os valores lógicos verdade e falsidade respectivamente.

Com isso temos alguns axiomas da lógica:

– **PRINCÍPIO DA NÃO CONTRADIÇÃO:** uma proposição não pode ser verdadeira E falsa ao mesmo tempo.

– **PRINCÍPIO DO TERCEIRO EXCLUÍDO:** toda proposição OU é verdadeira OU é falsa, verificamos sempre um desses casos, NUNCA existindo um terceiro caso.

“Toda proposição tem um, e somente um, dos valores, que são: V ou F.”

Classificação de uma proposição

Elas podem ser:

• **Sentença aberta:** quando não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso para ela (ou valorar a proposição!), portanto, não é considerada frase lógica. São consideradas sentenças abertas:

- Frases interrogativas: Quando será prova? - Estudou ontem? – Fez Sol ontem?

- Frases exclamativas: Gol! – Que maravilhoso!

- Frase imperativas: Estude e leia com atenção. – Desligue a televisão.

- Frases sem sentido lógico (expressões vagas, paradoxais, ambíguas, ...): “esta frase é falsa” (expressão paradoxal) – O cachorro do meu vizinho morreu (expressão ambígua) – $2 + 5 + 1$

• **Sentença fechada:** quando a proposição admitir um ÚNICO valor lógico, seja ele verdadeiro ou falso, nesse caso, será considerada uma frase, proposição ou sentença lógica.

Proposições simples e compostas

• **Proposições simples** (ou atômicas): aquela que **NÃO** contém nenhuma outra proposição como parte integrante de si mesma. As proposições simples são designadas pelas letras latinas minúsculas p, q, r, s..., chamadas letras proposicionais.

Exemplos

r: Thiago é careca.

s: Pedro é professor.

• **Proposições compostas** (ou moleculares ou estruturas lógicas): aquela formada pela combinação de duas ou mais proposições simples. As proposições compostas são designadas pelas letras latinas maiúsculas P, Q, R, R..., também chamadas letras proposicionais.



Geografia Geral, Brasil e do Espírito Santo

Os movimentos da Terra desempenham um papel fundamental na organização do espaço geográfico, influenciando uma vasta gama de processos naturais que, por sua vez, afetam diretamente a vida humana e a disposição das atividades econômicas e sociais no planeta. A Terra realiza dois principais movimentos: a rotação e a translação. A rotação refere-se ao movimento da Terra em torno do seu próprio eixo, que dura aproximadamente 24 horas. Este movimento é responsável pela alternância entre dia e noite, o que afeta profundamente as atividades humanas. Por exemplo, o ciclo diário de luz e escuridão determina os horários de trabalho e descanso, influenciando a organização das cidades, a rotina das pessoas e até mesmo o funcionamento dos serviços públicos e privados. Além disso, a rotação da Terra também influencia os padrões climáticos e meteorológicos, contribuindo para a formação dos ventos e correntes oceânicas que afetam diretamente a agricultura, a pesca e outras atividades econômicas.

A translação, por sua vez, é o movimento da Terra ao redor do Sol, completando uma órbita em aproximadamente 365,25 dias. Este movimento é responsável pela sucessão das estações do ano: primavera, verão, outono e inverno. A inclinação do eixo da Terra em relação ao plano da sua órbita causa a variação na intensidade e na duração da luz solar recebida em diferentes partes do planeta ao longo do ano, gerando as estações. As estações influenciam a organização do espaço geográfico de diversas maneiras. Na agricultura, por exemplo, determinam os períodos de plantio e colheita, influenciando a produção e a disponibilidade de alimentos em diferentes regiões e épocas do ano. As estações também afetam o turismo, com certas áreas atraindo mais visitantes em determinadas épocas do ano devido ao clima favorável. Além disso, a variação sazonal impacta a biodiversidade, com muitas espécies animais e vegetais adaptando seus ciclos de vida às mudanças sazonais, o que, por sua vez, influencia a gestão de áreas de preservação ambiental e a exploração dos recursos naturais.

Além dos movimentos principais de rotação e translação, há também outros movimentos secundários da Terra, como a precessão e a nutação, que têm efeitos mais sutis, mas igualmente importantes, na organização do espaço geográfico a longo prazo. A precessão refere-se à lenta oscilação do eixo de rotação da Terra, completando um ciclo aproximadamente a cada 26.000 anos. Este movimento altera gradualmente a orientação dos polos terrestres em relação às estrelas e pode influenciar os padrões climáticos ao longo de milênios, afetando a distribuição de desertos, florestas e outras zonas climáticas. A nutação, por sua vez, é uma pequena oscilação periódica do eixo de rotação da Terra, causada principalmente pela influência gravitacional da Lua e do Sol. Embora seus efeitos sejam menos perceptíveis no curto prazo, contribuem para a complexidade dos movimentos da Terra e, portanto, para a variabilidade dos fenômenos climáticos e geográficos.

Os movimentos da Terra são fundamentais para a organização do espaço geográfico, influenciando uma vasta gama de processos naturais que afetam diretamente a vida humana e a disposição das atividades econômicas e sociais no planeta. A compreensão desses movimentos e de seus impactos é essencial para a geografia, pois permite uma melhor gestão do território, ajudando na tomada de decisões sobre urbanização, agricultura, turismo, preservação ambiental e exploração de recursos naturais. Além disso, a análise dos movimentos da Terra e seus efeitos é crucial para a previsão e mitigação de desastres naturais, como secas, enchentes e tempestades, que podem ter consequências devastadoras para as populações humanas e o meio ambiente. Assim, o estudo dos movimentos da Terra e sua relação com a organização do espaço geográfico constitui uma área central da geografia, com importantes implicações práticas para a sociedade.



História do Brasil e do Espírito Santo

Primeiros Tempos

Entre 1500 e 1530, além de enviarem algumas expedições de reconhecimento do litoral (**guarda-costas**), os portugueses estabeleceram algumas feitorias no litoral do Brasil, onde adquiram pau-brasil dos indígenas em troca de mercadorias como espelhos, facas, tesouras e agulhas¹.

Tratava-se, portanto, de uma troca muito simples: o **escambo**, isto é, troca direta de mercadorias, envolvendo os portugueses e indígenas. Os indígenas davam muito valor às mercadorias oferecidas pelos portugueses, a exemplo de tesouras ou facas, que eram rapidamente aproveitadas em seus trabalhos.

Mas, em termos de valor de mercado, o escambo era mais vantajoso para os portugueses, pois ofereciam mercadorias baratas, enquanto o pau-brasil alcançava excelente preço na Europa. Além disso, os indígenas faziam todo o trabalho de abater as árvores, arrumar os troncos e carregá-los até as feitorias. Não por acaso, os portugueses incluíam machados de ferro entre as ofertas, pois facilitavam imensamente a derrubada das árvores.

A exploração do pau-brasil, madeira valiosa para o fabrico de tintura vermelha para tecidos, foi reservada como monopólio exclusivo do rei, sendo, portanto, um produto sob regime de **estanco**. Mas o rei arrendava esse privilégio a particulares, como o comerciante **Fernando de Noronha**, primeiro contratante desse negócio, em 1501.

Capitanias Hereditárias e o Governo Geral

No início do século XVI, cerca de 65% da renda do Estado português provinha do comércio ultramarino. O monarca português transformou-se em um autêntico empresário, agraciando nobres e mercadores com a concessão de monopólios de rotas comerciais e de terras na Ásia, na África e na América.

Apesar da rentabilidade do pau-brasil, nas primeiras décadas do século XVI a importância do litoral brasileiro para Portugal era sobretudo estratégica. A frota da Índia, que concentrava os negócios portugueses, contava com escalas no Brasil para reparos de navios de reabastecimento de alimentos e água. A presença crescente de navegadores franceses no litoral, também interessados no pau-brasil, foi vista pela Coroa portuguesa como uma ameaça.

Na prática, disputavam o território com os portugueses, ignorando o **Tratado de Tordesilhas** (1494), pois julgavam um abuso esse acordo, fosse ele reconhecido ou não pelo papa. Tornou-se célebre a frase do rei francês Francisco I, dizendo desconhecer o “testamento de Adão” que dividia o mundo entre os dois reinos ibéricos.

• Capitanias Hereditárias

Para preservar a segurança da rota oriental, os portugueses organizaram a colonização do Brasil. A solução adorada por D. João III, em 1532, foi o sistema de **capitanias hereditárias**, que já havia sido utilizado na colonização do arquipélago da Madeira.

O litoral foi dividido em capitanias, concedidas, em geral, a cavaleiros da pequena nobreza que se destacaram na expansão para a África e para a Índia. Em suas respectivas capitanias, os donatários ficavam incumbidos de representar o rei no que se referia à defesa militar do território, ao governo dos colonos, à aplicação da justiça e à arrecadação dos impostos, recebendo, em contrapartida, privilégios particulares.

Os direitos e deveres dos donatários eram fixados na **carta de doação**, complementada pelos **forais**. Em recompensa por arcar com os custos da colonização, os donatários recebiam vasta extensão de terras para sua própria exploração, incluindo o direito de transmitir os benefícios e o cargo a seus herdeiros.

¹ História. Ensino Médio. Ronaldo Vainfas [et al.] 3ª edição. São Paulo. Saraiva.



Internet

A Internet é uma rede mundial de computadores interligados através de linhas de telefone, linhas de comunicação privadas, cabos submarinos, canais de satélite, etc¹. Ela nasceu em 1969, nos Estados Unidos. Interligava originalmente laboratórios de pesquisa e se chamava ARPAnet (ARPA: Advanced Research Projects Agency). Com o passar do tempo, e com o sucesso que a rede foi tendo, o número de adesões foi crescendo continuamente. Como nesta época, o computador era extremamente difícil de lidar, somente algumas instituições possuíam internet.

No entanto, com a elaboração de softwares e interfaces cada vez mais fáceis de manipular, as pessoas foram se encorajando a participar da rede. O grande atrativo da internet era a possibilidade de se trocar e compartilhar ideias, estudos e informações com outras pessoas que, muitas vezes nem se conhecia pessoalmente.

Conectando-se à Internet

Para se conectar à Internet, é necessário que se ligue a uma rede que está conectada à Internet. Essa rede é de um provedor de acesso à internet. Assim, para se conectar você liga o seu computador à rede do provedor de acesso à Internet; isto é feito por meio de um conjunto como modem, roteadores e redes de acesso (linha telefônica, cabo, fibra-ótica, wireless, etc.).

World Wide Web

A web nasceu em 1991, no laboratório CERN, na Suíça. Seu criador, Tim Berners-Lee, concebeu-a unicamente como uma linguagem que serviria para interligar computadores do laboratório e outras instituições de pesquisa, e exibir documentos científicos de forma simples e fácil de acessar.

Hoje é o segmento que mais cresce. A chave do sucesso da World Wide Web é o hipertexto. Os textos e imagens são interligados por meio de palavras-chave, tornando a navegação simples e agradável.

Protocolo de comunicação

Transmissão é fundamentalmente por um conjunto de protocolos encabeçados pelo TCP/IP. Para que os computadores de uma rede possam trocar informações entre si é necessário que todos os computadores adotem as mesmas regras para o envio e o recebimento de informações. Este conjunto de regras é conhecido como Protocolo de Comunicação. No protocolo de comunicação estão definidas todas as regras necessárias para que o computador de destino, “entenda” as informações no formato que foram enviadas pelo computador de origem.

Existem diversos protocolos, atualmente a grande maioria das redes utiliza o protocolo TCP/IP já que este é utilizado também na Internet.

O protocolo TCP/IP acabou se tornando um padrão, inclusive para redes locais, como a maioria das redes corporativas hoje tem acesso Internet, usar TCP/IP resolve a rede local e também o acesso externo.

TCP / IP

Sigla de Transmission Control Protocol/Internet Protocol (Protocolo de Controle de Transmissão/Protocolo Internet).

Embora sejam dois protocolos, o TCP e o IP, o TCP/IP aparece nas literaturas como sendo:

- O protocolo principal da Internet;
- O protocolo padrão da Internet;
- O protocolo principal da família de protocolos que dá suporte ao funcionamento da Internet e seus serviços.

Considerando ainda o protocolo TCP/IP, pode-se dizer que:

1 <https://cin.ufpe.br/~macm3/Folders/Apostila%20Internet%20-%20Avan%20E7ado.pdf>



Noções de Direito Administrativo

— Estado

Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas* romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejamos alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

— **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispões expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontrem sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88 dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

— **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. (Artigo 91, §1º, III, CFB/88).



Noções de Direito Constitucional

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.